



Ponto de Vista
Movimentos do
câmbio em 2024
Samuel Pessôa



Carta do IBRE
Pauta relevante de segurança
pública para o governo federal
Luiz Guilherme Schymura



Entrevista
“No Brasil as reformas são
diluídas pelo populismo”
Roberto Castello Branco

CONJUNTURA ECONÔMICA

FGV IBRE Editada desde 1947 • www.conjunturaeconomica.com.br • Agosto 2024 • volume 78 • nº 08



Sob tensão

*Mundo pós-pandemia ainda busca
seu equilíbrio. Especialistas apontam
como isso afeta o Brasil*

Artigos

As perdas negligenciadas da mineração: impactos econômicos na saúde das comunidades atingidas
Mônica Viegas Andrade e Kenya Noronha

Inovação no governo inteligente
**José Roberto Afonso, João Furtado,
Bernardo Motta e Daniel Lapolla**

Ativismo institucional e insegurança jurídica
Murillo de Aragão

Riscos e desafios no contexto do Regime Fiscal Sustentável: breve análise do primeiro semestre
Vilma da Conceição Pinto

Propostas objetivas para a necessária reforma orçamentária
Cristiane Alkmin J. Schmidt

Sete anos de reforma trabalhista: uma análise dos novos contratos de emprego
Bruno Ottoni

Protecionismo: novas e antigas motivações
Lia Baker Valls Pereira

Vamos investir no Japão
Ayato Sakami

Rio Sena com balneabilidade olímpica, sim ou não?
Luiz Firmino M. Pereira, Marcelo Miguez e Paulo Canedo

**Julian Chacel
(1928-2024)**

Dedicação e compromisso
Homenagem



José Roberto Afonso

Professor do IDP e pesquisador do CAPP/ Universidade de Lisboa



João Furtado

Economista, professor da USP

Inovação no governo inteligente

Reduzir gasto público virou um mantra de muitos na agenda política brasileira. Quase sempre sem explicar como fazer, mas sempre pretendendo que o impacto se dê sobre terceiros. Muitos apostam na redução dos gastos tributários e subsídios financeiros, mas ninguém conhece e nem pede e insiste para ver as respectivas memórias de cálculos.¹ A reforma constitucional administrativa é uma alternativa, mas depende ainda de sua posterior regulamentação e efetiva operacionalização. A modernização das gestões públicas, das receitas aos gastos, é um caminho mais adequado e apropriado neste cenário.

A inovação na prestação de serviços públicos possibilita a maior e melhor oferta de bens e serviços públicos a custos menores ou equivalentes. Mais ainda, cada vez mais o avanço da transformação digital do setor público abre novas possibilidades para os governos cumprirem com suas obrigações públicas, muitas vezes de forma mais econômica e eficaz. Se para uns isso pode soar como otimismo e esperança, há exemplos a mostrar que já é realidade. E ela aponta caminhos novos.

Artigo recente da OCDE,² dentre outras análises, destaca como uso responsável da IA pode melhorar o fun-

cionamento da máquina pública de diversas formas: seja aumentando a produtividade de operações internas e das políticas públicas, tornando o *design* e implementação de políticas e serviços públicos mais inclusivos e responsivos às necessidades da população e fortalecendo o *accountability* ao melhorar a capacidade de supervisão das ações públicas.

No mesmo sentido, publicação do Instituto Tony Blair que busca examinar o impacto que a IA poderia ter na produtividade do setor público, concluindo que a introdução de IA no setor público pode economizar 20% do tempo de trabalho do servidor público, e que rapidamente os investimentos necessários em treinamentos e aquisições tecnológicas seriam recuperados por essa poupança – figura 1.

Vale lembrar que os governos são compradores de soluções tecnológicas entre todas as atividades econômicas e em todo o mundo. Por exemplo, a Gartner estimou que os gastos governamentais com TI atingiriam US\$ 589 bilhões em 2023, um aumento de cerca de 7,6% com relação a 2022.³

Para o caso brasileiro, antes de tudo, importa atentar que toda essa discussão passa pela questão federativa. Enquanto o governo fe-

deral centraliza os pagamentos de benefícios previdenciários e assistenciais, transferências e até juros, a execução do gasto primário é extremamente descentralizada. Assim, torna-se fundamental modernizar a gestão de governos estaduais e municipais para que verdadeiramente seja possível mudar a realidade do setor público brasileiro.

No final de junho o governo federal lançou a Estratégia Nacional de Governo Digital (ENGD), prevista na Lei do Governo Digital.⁴ Ela corresponde a um conjunto de recomendações estratégicas para orientar os entes federados em suas iniciativas de governo digital. O local não foi em Brasília, mas sim Teresina, no Piauí. Contando inclusive com a presença do presidente Lula.⁵ Pode ser surpreendente que se tenha escolhido um estado com um dos IDHs mais baixos do país e cujo PIB corresponde apenas a 0,7% do nacional, e não algum polo tecnológico como Florianópolis, Recife ou São Paulo. No entanto, a escolha do Piauí é justificada. E bem justificada, diga-se de passagem. O Piauí foi escolhido como o palco de lançamento da ENGD por se destacar em ações de transformação digital, na apreciação do próprio governo federal. Ele destacou que Teresina já havia sido escolhida como parte de projeto piloto do balcão GOV.BR, que oferece atendimento presencial dos canais digitais do governo federal.

Os sucessos dessas políticas inovadoras do Estado são variados. Nomeadamente destacam-se duas: Projeto Recuperação de Celulares e Piauí Saúde Digital.

O Projeto Recuperação de Celulares consiste no rastreamento da

abertura de novas linhas em aparelhos irregulares por meio da colaboração de operadoras de telefonia, seguida pelo envio de intimações para os aparelhos com ordens para devolução do aparelho em unidade policial. Além disso, com base nas informações recolhidas nas investigações, são feitas operações em estabelecimentos que fazem revenda de celulares roubados. Até maio deste ano, foram mais de 7 mil aparelhos apreendidos e mais de 5 mil recuperados e uma redução de 42% de roubo de celulares no estado, em comparação com o mesmo período do ano passado. O sucesso da iniciativa levou o Ministério da Justiça a decidir incorporar o protocolo desenvolvido no Piauí ao programa Celular Seguro, que permite comunicar a perda do aparelho e, ao mesmo tempo, acionar bloqueios de aplicativos e o acesso. O Protocolo Nacional de Atuação Unificada de Recuperação de Celulares Furtados ou Roubados foi assinado recentemente em Brasília e já conta com a adesão de 11 estados.⁶ Vale registrar que a pesquisa Febraban/Ipespe de julho mostrou a segurança pública como item de maior responsabilidade de enfrentamento pelos estados, evidenciando a importância do tema (e revelando que população conhece melhor do que se pensa as competências federativas).⁷

Da mesma forma, o Piauí é hoje o estado o que mais emitiu, proporcionalmente, as Carteiras de Identidade Nacionais. Aproximadamente 670 mil pessoas, ou 21% da população, já foram integradas ao novo sistema. Para atingir essas marcas, o governo do estado optou por criar, em meados de 2023, o Instituto de



Bernardo Motta

Mestre em Economia da Inovação e doutorando em Administração Pública pela Universidade de Lisboa

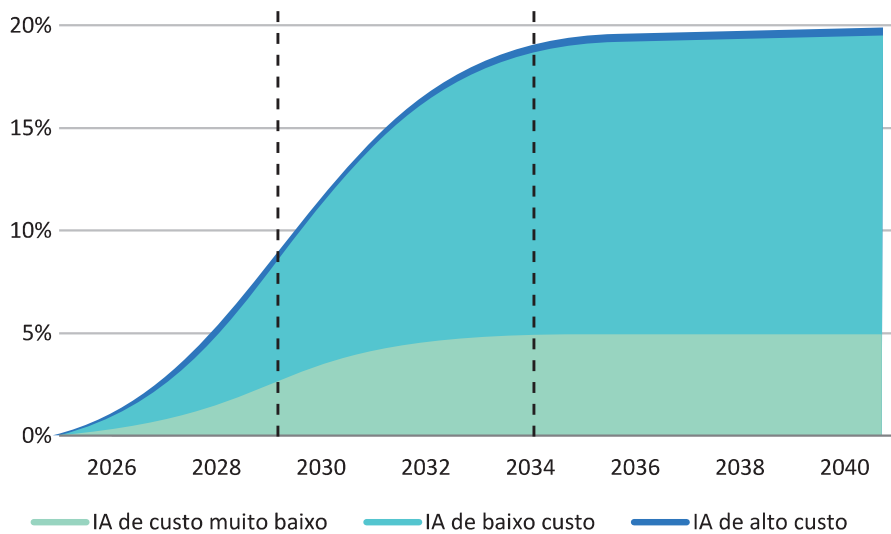


Daniel Lapolla

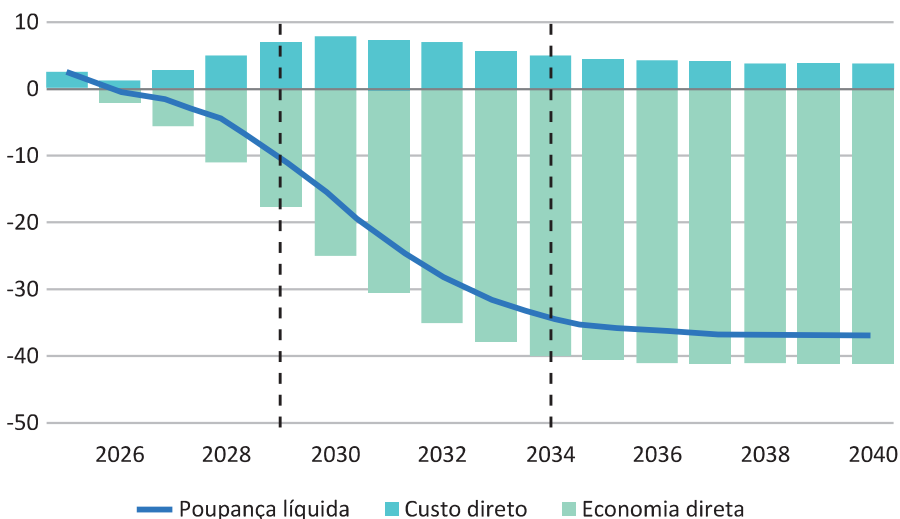
Engenheiro da computação

Figura 1 – IA no setor público

Tempo do servidor público economizado com IA



Poupança pública com difusão de IA entre servidores



Fonte: Instituto Tony Blair. Disponível em: <https://tinyurl.com/yb4au43a>.

Identificação Digital Félix Pacheco, ligado à Secretaria de Segurança Pública. Até agora, o instituto já possui 94 unidades espalhadas por 78 cidades, e a meta é cobrir os 224 municípios até o final do ano.⁸ Vale lembrar que a Carteira de Identidade Nacional determina o CPF como único número de registro do cidadão, integrando os dados de identificação em nível nacional, fa-

cilitando o acesso e a administração dos serviços públicos.⁹

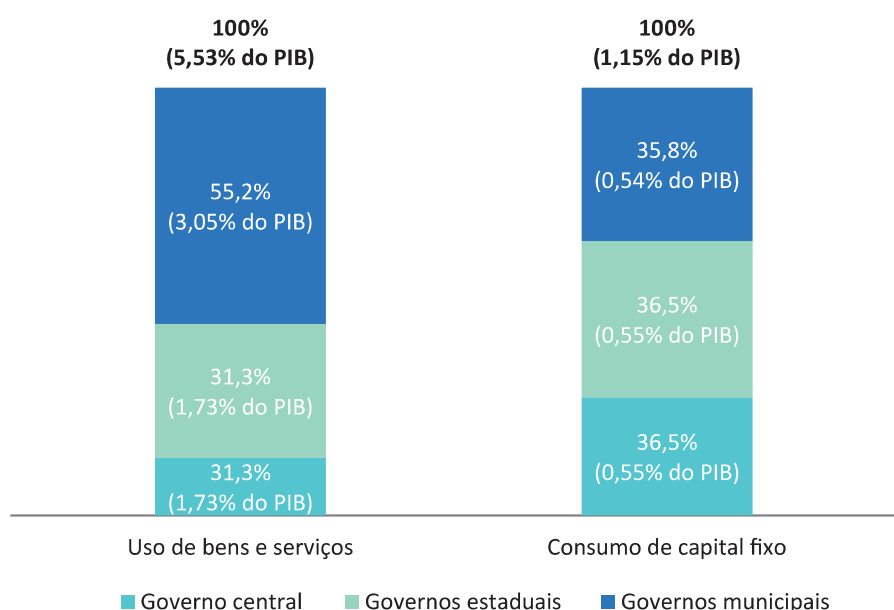
Outra ação de destaque é o programa Piauí Saúde Digital, um serviço de teleconsultas e telediagnósticos que visa ampliar a oferta de serviços médicos e informações em saúde, superando limitações geográficas. Os pacientes têm acesso, por exemplo, a consultas com diversas especialidades e a disponibilidade de médicos de clínica geral

é de 24 horas nos sete dias da semana. Lançado em abril de 2023, como projeto piloto nas cidades de Piripiri e Lagoa de São Francisco (a 164 e 194 km de Teresina), o programa hoje já está presente em mais de 150 cidades do estado e o objetivo é cobrir quase a totalidade dos municípios. Tanto o Ministério da Saúde quanto outros estados já estão utilizando o programa do Piauí como modelo. Ações nesse sentido são importantes, visto que o tema é uma das prioridades públicas. Inclusive, a já referenciada pesquisa Febraban/Ipespe de julho também apontou que a saúde é indicada por mais da metade da população como a área que mais deveria receber atenção das prefeituras.

Tornar-se um governo digital maduro requer também uma boa governança.¹⁰ Assim, no Piauí a inovação também tem se refletido na própria estrutura de governo. A primeira importante medida se deu com a criação, em março de 2023, do Conselho de Transformação Digital cujo papel é o de guiar a política de governo digital do estado. Em 2023, sob a orientação do Conselho e pela Empresa de Tecnologia da Informação do Piauí, quase 100 serviços públicos estaduais passaram a ser disponibilizados online. Indo além, em maio deste ano, o governo estadual criou a Secretaria de Inteligência Artificial, Economia Digital, Ciência, Tecnologia e Inovação, tornando-se o primeiro estado a criar uma pasta específica para as temáticas de inteligência artificial. Muitas das ações a serem desenvolvidas no âmbito desta secretaria estão refletidas no Novo Plano Brasileiro de Inteligência Artificial lançado recentemente.¹¹

Para além de abrigar imensas belezas naturais da caatinga, o Parque

Figura 2 – Uso de bens e serviços e consumo de capital fixo (2023) – por nível de governo



Elaboração própria. Fonte: STN, estatísticas fiscais do governo geral.

Nacional Serra da Capivara é casa de uma das maiores e mais antigas coleções de artes e pinturas rupestres do mundo. São tesouros pré-históricos que remontam à criatividade humana de milhares de anos atrás. O Piauí, no entanto, não vive apenas do passado, por importante que ele seja. Pelo contrário. Cada vez mais o estado mostra que está voltado e preparado para o futuro. O milenar espírito criativo tem se manifestado por políticas públicas inovadoras que servem de inspiração para o restante do país.

Cada vez mais as instituições internacionais como a ONU¹² e a OCDE¹³ estão estudando a inovação e a transformação digital no âmbito do setor público, e o Brasil tem também se engajado com essas temáticas, inclusive posicionando-se como um dos líderes mundiais como na questão da regulamentação da IA. O uso dessa moderna ferramenta pelas administrações públicas, em particular

para operacionalizar e tornar mais eficientes e eficazes as políticas públicas que alcançam a maior parte da população (como no caso dos bens públicos de educação, saúde, segurança pública, saneamento e serviços urbanos), é uma forma de atenuar, ou quem sabe até reverter, um dos mais graves danos colaterais imputados à IA que seja a concentração que provoca.

Há quem se preocupe, cada vez mais, com a piora da desigualdade que IA provocará do que com a destruição de postos de trabalho. Um remédio para esse mal pode ser o uso da própria IA, por governos, especialmente para tentar resolver problemas cruciais para os cidadãos, sobretudo os mais pobres, como bem ilustra o caso da telemedicina em rincões distantes do Brasil e o cadastro e recuperação de celulares, entre outras ações. A inovação governamental é crucial porque, por princípio, não

sendo por fim a geração de lucros, não há de se esperar que venha do setor privado, especialmente das grandes corporações mundiais a iniciativa para encontrar e disseminar tais soluções. A criatividade do brasileiro junto com a coragem de seus governantes para investir na inovação é o caminho para governos mais digitais, inteligentes e populares.

¹Para mais sobre esse assunto ver publicação dos autores nessa mesma revista: ROBERTO, José; CASTRO, Kleber. Renúncia à razão. *Conjuntura Econômica*, v. 72, n. 12, p. 22-25, 2018.

²OECD. *Governing with artificial intelligence: Are governments ready?* OECD Artificial Intelligence Papers, n. 20, OECD Publishing, Paris, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/26324bc2-en>. <https://tinyurl.com/3up58due>.

³<https://www.gartner.com/en/newsroom/press-releases/2023-05-24-gartner-forecasts-worldwide-government-it-spending-to-grow-8-percent-in-2023>.

⁴Lei nº 14.129, de 29 de março de 2021.

⁵<https://www.gov.br/governodigital/pt-br/noticias/governo-federal-lanca-estrategia-nacional-de-governo-digital>.

⁶Programa nacional inspirado no Projeto de Recuperação de Celulares do Piauí terá adesão de 11 estados nesta quinta (1º) - Governo do Piauí (www.pi.gov.br).

⁷<https://cmsarquivos.febraban.org.br/Arquivos/documentos/PDF/OBSERVAT%C3%93RIO%20FEBRABAN%20JULHO.pdf>.

⁸<https://www.pi.gov.br/noticia/governador-rafael-fonteles-entrega-nova-unidade-do-instituto-felix-pacheco-com-servico-de-emissao-de-carteiras-em-piripiri>.

⁹Sobre isso vale estudar o caso da Índia. CHO-WDHRY, Bhagwan; GOYAL, Amit; AHMED, Syed Anas. Digital identity in India. *The Palgrave handbook of technological finance*. p. 837-853, 2021. <https://tinyurl.com/5n83a7cr>.

¹⁰OECD. *The e-leaders handbook on the governance of digital government*. OECD Digital Government Studies. OECD Publishing, Paris, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/ac7f2531-en>.

¹¹<https://www.gov.br/gestao/pt-br/assuntos/noticias/2024/julho/novo-plano-brasileiro-de-inteligencia-artificial-preve-o-investimento-de-r-1-76-bi-para-melhoria-de-servicos-publicos>.

¹²<https://unu.edu/egov>.

¹³<https://oecd-opsi.org/>